

## **Apresentação**

Memória como processo corporal, psíquico e política, gestão da memória, sua materialidade e imaterialidade, seu substrato histórico, as negociações entre patrimônio e história, memória como arquivo de desejos, como repetição do mesmo, como retorno do reprimido, os desafios postos à conservação e à restauração do passado: o número 11 da Revista CPC atravessa esses e outros temas clássicos de toda reflexão acerca do patrimônio cultural.

O artigo de Mirandulina Maria Moreira Azevedo, “Patrimônio cultural e rememoração: notas preliminares sobre o valor de antiguidade” retorna ao debate acerca da noção de valor patrimonial na via aberta por Alois Riegl em “O culto moderno dos monumentos”. Interpelando as razões do reconhecimento relativamente tardio da obra do historiador da arte no campo da preservação no Brasil, a autora se detém no fio da meada que aproxima autores vienenses do final do século 19, como Riegl, Camillo Sitte e Max Dvorak, de questões décadas antes levantadas por John Ruskin na Inglaterra acerca do trabalho da rememoração em uma época de profundas transformações. O que lhe interessa, todavia, não é aqui reconstituir filologicamente tal ou qual conceito. Mas repensar os elos entre certa teoria do patrimônio cultural e as mudanças nos processos de rememoração com o advento das massas urbanas e da civilização industrial. Pensada como processo ao mesmo tempo físico e psíquico, a memória é reelaborada nesse momento de crise a partir de uma nova relação entre corpo humano e espaço urbano, entre presença corporal e fixidez espacial, entre sensações corporais e corpo edificado, entre perda da memória e descarte ou desgaste do antigo, condição última de fruição em um mundo cada vez mais sem qualidades.

Os artigos de Raphael Bispo e Tatyana de Amaral Maia abordam a problemática da memória de um outro ponto de vista, a saber: o das práticas de gestão e, portanto, das políticas da memória, no caso das políticas nacionais de patrimônio. Em “Selecionar, disputar e conservar: práticas de comunicação social e constituição da memória nacional pelo Iphan”, Bispo retorna à velha questão do papel dos intelectuais e arquitetos modernistas na usurpação da “memória dos brasileiros” a

partir de certa reinterpretação ilustrada dos legados do período colonial. Mas o faz a partir de um ângulo específico, o das políticas editoriais da Repartição em sua fase heróica, durante a gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade focalizando a coleção *Publicações do SPHAN* e a *Revista do SPHAN* como instâncias de poder sobre a memória social.

Em “O patrimônio cultural brasileiro em debate: a ação do Conselho Federal de Cultura”, Tatyana Maia focaliza o momento imediatamente posterior, entre 1967 e 1975, tomando como fio condutor a análise das políticas de patrimônio do Conselho Federal de Cultura do Ministério da Educação e Cultura, tanto em nível nacional como regional de atuação. A hipótese que se constrói é que o projeto de proteção do patrimônio do período militar é herdeiro legítimo daquele defendido pelos intelectuais modernistas na base do IPHAN, alguns dos quais inclusive integrando o próprio CFC.

O artigo de Yussef Daibert Salomão de Campos, “A imaterialidade do patrimônio cultural e a lei Robin Hood”, toma distância do paradigma da pedra e cal, e particularmente de sua ênfase na memória colonial, erudita e oficial. Ainda que detendo-se no campo das políticas públicas de patrimônio, ou antes na regulação estatal das formas de incentivo fiscal em Minas Gerais, não se trata aqui de investigar o discurso, o conceito ou os conteúdos de patrimônio promovidos pelos organismos oficiais. Mas de questionar a própria hierarquia entre patrimônio material e imaterial, e as incongruências jurídicas entre princípios constitucionais e códigos de regulamentação nesse setor.

O último artigo do eixo sobre Patrimônio Cultural da revista é um artigo bastante distinto dos demais, que enriquece indiretamente a discussão através de uma monografia histórica. Nela, Marcus Vinícius Dantas de Queiroz analisa e documenta a produção arquitetônica de Campina Grande em um período de grandes investimentos de modernização tanto na estrutura urbana como nas obras públicas e privadas na cidade. Explorando os sentidos da modernidade arquitetônica nas décadas de 1930 e 1940, o autor examina as relações entre manifestações locais do art déco, do pitoresco, do neocolonial etc, e as inovações técnicas, espaciais e estéticas contemporâneas.

O eixo Coleções e Acervos da revista é introduzido desta vez por uma contribuição eminentemente teórica. O artigo de Cristiane Rose Duarte e Paula Uglione, “Arquivo e os tribunais da história: memória e desejo na transmissão da cultura” discute os paradoxos da noção de arquivo à luz da psicanálise, sugerindo repensar as relações entre memória e história para além da oposição binária entre algo espontâneo, verdadeiro, natural e seu oposto, arbitrário, falso, artificial. Questionando a identificação imediata entre arquivo e conservação da memória, as autoras aqui se propõem a discutir as operações de lembrar e esquecer como indissociáveis dos processos históricos e libidinais, donde a necessidade de repensar os fundamentos mesmos das divisões entre passado, presente e futuro.

O artigo de Fernando Diniz Moreira, “Os desafios postos pela conservação da arquitetura moderna”, insere-se diretamente na pauta de questões de Conservação e Restauração da revista. Baseada em uma extensa revisão dos problemas conceituais, funcionais, técnicos e materiais da preservação histórica quando esta se debruça sobre os edifícios modernos, o autor põe em discussão um conjunto de temas centrais a toda discussão em patrimônio, como a questão da autenticidade, da obsolescência, da conservação e do uso qualificado.

Em conjunto, os artigos exprimem as demandas técnicas, teóricas e políticas da preservação, da conservação e do restauro, manifestando ao mesmo tempo a multidisciplinaridade que constitui o campo, mobilizando olhares provenientes da arquitetura, da teoria da arte, das ciências sociais e do direito.

Por fim, na seção Resenhas, Notícias e Depoimentos é apresentado o “Plano de Trabalho CPC-USP, 2010-2014”. Elaborado pela atual gestão – iniciada em abril desse ano-, o plano propõe projetos e atividades que se articulam em torno de três eixos temáticos: memória e cultura uspiana; arquitetura, artes, ofícios; e histórias e culturas da cidade, que procuram assegurar a continuidade dos trabalhos já desenvolvidos pelo CPC-USP e, ao mesmo tempo, reinserir a discussão sobre patrimônio cultural e patrimônio cultural universitário em um campo mais amplo de questões.

**José Tavares Correia de Lira**